



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGOEIRA: DENIZE REGINA DOS SANTOS

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Abertura da Sala de Disputa: **13/02/2026, às 09h00min** (horários de Brasília), no sítio <https://licitanet.com.br/>

Início da Fase competitiva: **dia 13/02/2026, a partir das 09h00min** (horários de Brasília), no sítio <https://licitanet.com.br/>

Limite para solicitação de esclarecimentos: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública.

Limite para pedidos de impugnações: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública.

Art. 164 da Lei nº 14.133 de 2021.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO UTENSÍLIOS DE USO EM LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS DOMESTICOS E DE COZINHA DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS DO MUNICPIO DE CASTANHEIRAS-RO PARA O EXERCICIO DE 2026 DURANTE A VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS.

Nº DE ITEM: 198

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.405.321,85. *(Um milhão quatrocentos e cinco mil trezentos e vinte um reais e oitenta cinco centavos).*

Formação de registro de preços	Visita técnica	Ata de registro de preço
SIM	NÃO	SIM
Tipo da licitação	Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances
Menor Preço por ITEM	ABERTO	R\$ 0,01
Licitação Exclusiva para a ME/EPP?	Prioridade para a ME/ EPP local ou regional?	Exige amostra?
NÃO	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação da pregoeira.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

SUMÁRIO

1. **DO OBJETO**
2. **DO REGISTRO DE PREÇO**
3. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
6. **DAS DECLARAÇÕES**
7. **DA ABERTURA DA SESSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**
8. **DA FASE DE JULGAMENTO**
9. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA**
10. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
11. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
12. **DA ASSINATURA DA ATA**
13. **DA RECISÃO DA ATA**
14. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
15. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
16. **DOS RECURSOS**
17. **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**
18. **DO RECEBIMENTO**
19. **DA FISCALIZAÇÃO**
20. **DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**
21. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
22. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
23. **DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
24. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1139/2025

Secretaria demandante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Secretarias participantes:

SEMUSA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.969/0001-03, representado neste ato pela Prefeito Municipal Sr. Cicero Aparecido Godoi, torna público para conhecimento dos interessados que, por meio da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro(a) e equipe de apoio, nomeados através do Port. nº 171/2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Modo de disputa (ABERTO).

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na LEI N. 14.133/2021, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, LEI 1.117/2025 Regulamenta a Lei de Licitações no Município, e, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO UTENSÍLIOS DE USO EM LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS DOMESTICOS E DE COZINHA DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS DO MUNICPIO DE CASTANHEIRAS-RO PARA O EXERCICIO DE 2026 DURANTE A VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida **EM ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EXCLUSIVO ME/EPP
1.	ÁGUA SANITARIA, CAIXA COM 03 EMBALAGENS DE 05 LITROS	CX	405	56,19	22.756,95	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

1.	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70° INPM - CX C/12X1000ML	CX	171	101,93	17.430,03	SIM
2.	ALCOOL ETILICO EM GEL 70° INPM - CX C/12X500ML	CX	46	97,88	4.502,48	SIM
3.	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8° INPM 1 LITRO CAIXA COM	CX	42	116,82	4.906,44	SIM
4.	ASSADEIRA, RETANGULAR, ALUMÍNIO POLIDO, GRANDE, DIMENSOES: 42,5×30,8×6,0CM	UND	15	41,55	623,25	SIM
5.	ASSADEIRA, RETANGULAR, ALUMÍNIO POLIDO, MEDIA, DIMENSOES: 37,7×27,7×5,5CM	UND	16	37,97	607,52	SIM
6.	AVENTAL FRONTAL TECIDO BRIM BRANCO COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 120 X 70 CM	UND	91	52,30	4.759,30	SIM
7.	AVENTAL, USO DOMESTICO, MODELO CANGURU, FORRO IMPERMEÁVEL, 76X52CM	UND	57	32,64	1.860,48	SIM
8.	BACIA EM PLÁSTICO REFORÇADO 36 LITROS	UND	35	28,16	985,60	SIM
9.	BACIA PLASTICA 05 LTS, EM POLIETIRENO RESISTENTE, CAPACIDADE 5 LITROS	UND	26	12,08	314,08	SIM
10.	BACIA PLASTICA 10 LTS, EM POLIETIRENO RESISTENTE, CAPACIDADE 10 L	UND	41	16,53	677,73	SIM
11.	BACIA, PLÁSTICO, CAPACIDADE MINIMA 20LTRS	UND	27	17,25	465,75	SIM
12.	BACIA, PLÁSTICO, CAPACIDADE MINIMA 30LTRS	UND	30	22,54	676,20	SIM
13.	BALDE, PLASTICO, ALCA METALICA, MATERIAL ATÓXICO E MUITO RESISTENTE, CORES DIVERSOS, CAPACIDADE MINIMA 15LTS	UND	78	32,88	2.564,64	SIM
14.	BALDE PLASTICO, FECHADO, PRETO, TIPO PEDREIRO, CAPACIDADE MINIMA 12 LTS	UND	74	20,26	1.499,24	SIM
15.	BALDE, PLASTICO, ALCA METALICA, MATERIAL ATÓXICO E MUITO RESISTENTE, CAPACIDADE MINIMA 10LTS,)	UND	58	19,66	1.140,28	SIM
16.	BANDEJA DE PLÁSTICO 40 CM POR 25 CM	UND	56	23,08	1.292,48/	SIM
17.	BANDEJA EM ALUMÍNIO POLIDO TAMANHO GRANDE	UND	35	32,62	1.141,70	SIM
18.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI DERRAPANTE BRANCA Nº 37	PAR	47	54,86	2.578,42	SIM
19.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI	PAR	36	54,86	1.974,96	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	DERRAPANTE BRANCA Nº 38					
20.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI DERRAPANTE BRANCA Nº 39	PAR	38	52,45	1.993,10	SIM
21.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI DERRAPANTE BRANCA Nº 40	PAR	36	51,57	1.856,52	SIM
22.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI DERRAPANTE BRANCA Nº 41	PAR	31	55,03	1.705,93	SIM
23.	BOTA DE PVC SOLADO ANTI DERRAPANTE BRANCA Nº 42	PAR	57	55,23	3.148,11	SIM
24.	BOTIJÃO GARRAFA TÉRMICA 10 LITROS TORNEIRA CAFÉ CHÁ TERERÊ	UND	17	126,25	2.146,25	SIM
25.	BOTIJÃO TÉRMICO AÇO INOX 6 L	UNID	15	245,37	3.680,55	SIM
26.	BRILHA MÓVEIS COM PERFUME 200 ML	UND	123	13,20	1.623,60	SIM
27.	CAÇAROLA RETA FUNDIDA ALÇA MADEIRA 17,5 LITROS Nº 38	UND	14	156,60	2.192,40	SIM
28.	CAÇAROLA RETA FUNDIDA ALÇA MADEIRA 25 LITROS Nº 45	UND	13	198,63	2.582,19	SIM
29.	CAIXA DE ISOPOR 13 LTS	UND	33	23,83	786,39	SIM
30.	CAIXA DE ISOPOR 7 LTS	UND	20	18,47	369,40	SIM
31.	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE DE 10 L	UND	76	25,28	1.921,28	SIM
32.	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE DE 15 L	UND	41	33,48	1.372,68	SIM
33.	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE DE 20 L	UND	52	38,31	1.992,12	SIM
34.	CAIXA TÉRMICA 18 L, COM TERMÔMETRO ACOPLADO - DIGITAL SIMPLES, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO, MEDIDAS EXTERNAS: 43X28X32CM,PODENDO VARIAR, TERMÔMETRO DISPLAY LCD ALIMENTAÇÃO POR 2 BATERIAS, ISOLAMENTO: POLIUTERANO COR AZUL,BEGE OU CINZA ALÇA PARA TRANSPORTE, TRAVA PARA FECHAMENTO E BORRACHA DE VEDAÇÃO NA TAMPA.	UNID	15	99,50	1.492,50	SIM
35.	CAIXA TÉRMICA 45 L, COM TERMÔMETRO ACOPLADO - DIGITAL SIMPLES, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO, MEDIDAS EXTERNAS: 36X32X65CM, MEDIDAS	UNID	17	109,50	1.861,50	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	INTERNAS 30X29X56CM. TERMÔMETRO DISPLAY LCD ALIMENTAÇÃO POR 2 BATERIAS, ISOLAMENTO: POLIUTERANO COR AZUL, ALÇA PARA TRANSPORTE PESO: 3,7 KG, TRAVA PARA FECHAMENTO E BORRACHA DE VEDAÇÃO NA TAMPA.					
36.	CAIXA TÉRMICA RÍGIDA EM POLIETILENO COM CAPACIDADE DE MÍNIMA DE 30 LITROS	UND	24	118,87	2.852,88	SIM
37.	CANECA DE VIDRO TEMPERADO LISA TRANSPARENTE 200ML	UND	150	29,90	4.485,00	SIM
38.	CANECÃO, ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE MINIMA 2LTRS,	UND	31	41,87	2.297,97	SIM
39.	CANECÃO, ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE MINIMA 5 LTRS, CABO EM MADEIRA	UND	23	67,03	1.541,69	SIM
40.	CANECÃO DE 01 LITRO	UND	21	32,51	682,71	SIM
41.	CANUDO PLÁSTICO, REFRIGERANTES, SACO PLÁSTICO COM 800UNID	PCT	5	16,99	84,95	SIM
42.	CARCAÇA FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA, VAZÃO NOMINAL 90 L/H PRESSÃO DE OPERAÇÃO 19.6 A 392 KPA, TEMPERATURA 5 C° A 50C°	UNID	15	90,50	1.357,50	SIM
43.	CARCAÇA PARA FILTRO 10, ROSCA 1/2 OU ENCAIXE, ALTURA 10, DIÂMETRO EXTERNO 108MM, VAZÃO MÁXIMA 1.200L/H	UNID	28	85,50	2.394,00	SIM
44.	CERA LIQUIDA, AMARELA, FRASCO 1 LITRO, CAIXA 12 UNID	CX	26	98,15	2.551,90	SIM
45.	CERA LIQUIDA, INCOLOR FRASCO 1000ML, CAIXA 12 UNID	CX	51	88,52	4.514,52	SIM
46.	CESTO, USO DOMESTICO, PLASTICA, TELADO, PARA LIXO, CAPACIDADE 10L	UND	68	14,00	952,00	SIM
47.	CESTO, USO DOMESTICO, PLASTICA, PARA LIXO, CAPACIDADES MINIMA 100LTRS, COM TAMPA	UND	67	87,15	5.839,05	SIM
48.	CESTO, USO DOMESTICO, PLASTICA, PARA LIXO, CAPACIDADE 10 L COM TAMPA	UND	95	19,84	1.884,80	SIM
49.	CESTO, USO DOMESTICO, PLASTICA, PARA LIXO,	UND	139	28,13	3.910,07	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	CAPACIDADE 30 L COM TAMPA					
50.	CESTO, USO DOMESTICO, PLASTICA, PARA LIXO, CAPACIDADES MINIMA 50LTRS, COM TAMPA	UND	91	49,48	4.502,68	SIM
51.	CHALEIRA, ALUMÍNIO, POLIDO, Nº 22, CAPACIDADE MINIMA 4 LITROS	UND	9	81,25	731,25	SIM
52.	COADOR DE CAFÉ EM PANO FLANELADO	UND	85	8,87	753,95	SIM
53.	COLETOR LIXEIRA DISPENSADOR DE PLÁSTICO PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE AGUA E CAFÉ	UND	30	57,17	1.715,10	SIM
54.	COLHER DESCARTAVEL, REFEIÇÃO, CRISTAL, TAMANHO 16 CM, PCT COM 50 UND	PCT	685	6,73	4.610,05	SIM
55.	COLHER EM AÇO INÓX, JANTAR, COM 12 UNID	DUZIA	100	60,54	6.054,00	SIM
56.	COLHER GRANDE DE ALUMÍNIO BATIDO, Nº 13	UND	31	26,11	809,41	SIM
57.	COLHER GRANDE DE ALUMÍNIO BATIDO, 35 CM	UND	34	26,36	896,24	SIM
58.	CONCHA DE ALUMÍNIO BATIDO, 35 CM	UND	27	25,59	690,93	SIM
59.	CONCHA INOX MÉDIA PROFISSIONAL 50 CM	UND	27	36,88	995,76	SIM
60.	COPO DESCARTÁVEL, ÁGUA, BRANCO, 180 ML, CAIXAS COM 25X100 UND	CX	339	129,78	43.995,42	SIM
61.	COPO DESCARTÁVEL, CAFÉ, 50ML, PCT COM 100UNID CADA, CAIXA COM 50PCT	CX	63	222,09	13.991,67	SIM
62.	COPO DESCARTÁVEL, ÁGUA, TRANSPARENTE, 300 ML, CX COM 20X100 PCT	CX	75	136,57	10.242,75	SIM
63.	COPOS DE VIDRO 300 ML, 12 UNIDADES	DZ	15	69,05	1.035,75	SIM
64.	COPOS, USO GERAL, VIDRO, CAPACIDADE MINIMA 200ML	UND	112	6,13	686,56	SIM
65.	DESENTUPIDOR DE VASO ALTURA 46 CM LARGURA 14 CM, PROFUNDIDADE 14 CM	UND	40	19,74	789,60	SIM
66.	DESINFETANTE CAIXA DE 6X2 LITROS	CX	455	45,29	20.606,95	SIM
67.	DESODORISADOR DE AMBIENTES, FRAGANCIAS DIVERSAS, 12 FRASCO 400ML	PCT	190	109,31	20.768,90	SIM
68.	DETERGENTE, LIQUIDO, AÇAO ANTI-BACTERIANA, LAVA LOUCAS, CX C/ 24X500ML.	CX	496	75,47	37.433,12	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

69.	DETERGENTE, LIQUIDO, P/ PISO, EXTRA PESADA, FRASCO DE 1000ML	UN	2300	9,02	20.746,00	SIM
70.	DISPENSER PORTA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS (20X23CM) COMPACTO BANHEIRO INOX	UNID	133	92,87	12.351,71	SIM
71.	DISPENSER SUPORTE PAPEL HIGIÊNICO INOX ROLÃO ATÉ 400 M COM TRAVA - BANHEIRO	UNID	140	58,25	8.155,00	SIM
72.	ESCORREDEIRA DE MACARÃO DE 05 LITROS	UND	18	45,28	815,04	SIM
73.	ESCOVA, LAVAR ROUPA, COM CABO, PLASTICO, PIGMENTO E MATERIAL SINTECO	UN	80	7,84	627,20	SIM
74.	ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE CABO COM 30 CM	UN	86	15,10	1.298,60	SIM
75.	ESCUMADEIRA, ACO INOX, GRANDE	UN	30	27,82	834,60	SIM
76.	ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA(CAIXA COM 60UND)	CX	81	108,65	8.800,65	SIM
77.	ESPONJA LÃ DE ACO C/14 PCT, CADA PCT C/ 08 UND, PESO 60GR	FARDO	133	51,49	6.848,17	SIM
78.	FACA, COZINHA, ACO CARBONO, Nº. 07	UN	38	21,96	834,48	SIM
79.	FACA, COZINHA, ACO INOX, LÂMINA LARGA	UN	33	27,91	921,03	SIM
80.	FACA DE COZINHA 20 CM Nº8 EM AÇO INOX	UND	31	33,38	1.034,78	SIM
81.	FACA PARA PÃO 32CM, FEITA INTEIRAMENTE DE AÇO INOXIDÁVEL DE, RESISTENTE E DURÁVEL.	UNID	15	15,24	228,60	SIM
82.	FILTRO PARA CAFÉ 103 CAIXA COM 30 UNIDADE	CX	21	147,53	3.098,13	SIM
83.	FLANELA DE PANO FINO 28X48 CM	UND	350	5,65	1.977,50	SIM
84.	FLANELA NA COR LARANJA EM TECIDO MEDINDO 28X48CM	UN	440	5,85	2.574,00	SIM
85.	FRIGIDEIRA COM CABO Nº20	UND	16	64,22	1.027,52	SIM
86.	FRUTEIRA DE MESA VIDRO GRANDE MODERNA 3 LITROS MATERIAL VIDRO DIMENSÃO 18X30CM	UNID	16	101,88	1.630,08	SIM
87.	FRUTEIRA REDONDA DE MESSA DUPLA COM VIDRO, GIRATORIA CROMADA. DIMENSÃO 400X320X400 MM	UNID	10	105,50	1.055,00	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	(LARGURA ALTURA PROFUNDIDADE)					
88.	FUSIL (CHAIRA), AFIADOR DE FACAS, CABO EM PLÁSTICO, 10 POLEGADAS	UNID	20	23,73	475,20	SIM
89.	GALAO EM POLIPROPILENO, COMPLETO, COM 20 LTRS DE AGUA	UND	133	29,37	3.906,21	SIM
90.	GARFO DE MESA INOX SIMPLES	UND	177	5,47	968,19	SIM
91.	GARFO DESCARTAVEL, REFEIÇÃO, CRISTAL, TAMANHO 16CM,	PCT	635	6,46	4.102,10	SIM
92.	GARRAFA TÉRMICA 12L INOX C/ ALÇA DUPLO TORNEIRA BOTIJÃO PGB	UND	14	400,40	5.605,60	SIM
93.	GARRAFA TÉRMICA, ÁGUA, COM TORNEIRA, COM BOCAL REMOVÍVEL, FÁCIL COLOCAÇÃO DE GELO E COPO, MULTIUSO, CAPACIDADE MINIMA 10 LITROS	UNID	29	164,37	4.766,73	SIM
94.	GARRAFA TÉRMICA, ÁGUA, SEM TORNEIRA, COM BOCAL REMOVÍVEL, FÁCIL COLOCAÇÃO DE GELO E COPO, MULTIUSO, CAPACIDADE MINIMA 5 LITROS	UNID	18	140,73	2.533,14	SIM
95.	GARRAFA TÉRMICA, CAFÉ, CAPACIDADE MINIMA 1.8LITROS	UNID	34	82,71	2.812,14	SIM
96.	GARRAFA TERMICA, CAFE, CAPACIDADE 1LITRO, COR PRETA, PRESSAO	UNID	31	72,25	2.239,75	SIM
97.	GARRAFA TÉRMICA INOX, 1.8L BOMBA DE PRESSÃO	UNID	25	210,77	5.269,25	SIM
98.	GARRAFA TÉRMICA INOX, 1 L BOMBA DE PRESSÃO	UNID	21	173,16	3.636,36	SIM
99.	GUARDANAPO DE PAPEL PARA BOLO 22X20CM, PACOTE COM 50 UNIDADES, FARDO COM 25 PACOTES	FARDO	105	82,27	8.638,35	SIM
100.	INSETICIDA AEROSSOL COM ÓLEO DE EUCALIPTO, PESO 450 GRS, MATA DIVERSOS TIPOS DE INSETOS: MOSQUITOS (INCLUSIVE O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA VÍRUS E CHIKUNGUNYA), PERNILONGOS, MURIÇOCAS, CARAPANÃS, MOSCAS,	UNID	198	19,77	3.914,46	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	BARATAS, ARANHAS E PULGAS.					
101.	ISQUEIRO, ACENDEDOR DE GAS, COM GAS, PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA, 1ª QUALIDADE, SELO DO INMETRO, ACENDE MINIMO 3000VEZES	UNID	76	6,43	488,68	SIM
102.	JARRA DE VIDRO AMERICANO COR TRASPARENTE MATERIAL VIDRO JARRA 1,2 LITROS	UNID	12	59,26	711,12	SIM
103.	JARRA DE VIDRO COM CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS	UNID	24	61,67	1.480,08	SIM
104.	JARRA PLASTICA, CAPACIDADE 2 LITROS	UNID	38	27,90	1.060,20	SIM
105.	JARRA PLÁSTICA DE 1 LITRO	UNID	13	21,68	281,84	SIM
106.	JOGO DE XÍCARA DE VIDRO PARA CAFÉ, 06 UNIDADES, (246ML)	UNID	17	63,50	1.079,50	SIM
107.	LENÇOL DE PERCAL LISO 100% ALGODÃO 150 FIOS C/ ELASTICO MEDINDO (188X88X30) CM PERSONALIZADO COM O LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO E O LOGOMARCA DA SEMUSA	UNID	260	101,47	26.382,20	SIM
108.	LENÇOL DE PERCAL LISO 100% ALGODÃO 150 FIOS S/ ELASTICO MEDINDO (2,20X2,30) PERSONALIZADO COM O LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO LOGOMARCA DA SEMUSA	UNID	250	143,23	35.807,50	SIM
109.	LIMPA VIDROS COM ALCOOL 500 ML	UNID	535	12,87	6.885,45	SIM
110.	LIXEIRA AÇO INOX COM BALDE REMOVÍVEL E PEDAL 15 LITROS	UND	65	183,19	11.907,35	SIM
111.	LIXEIRA DE PEDAL AUTOMÁTICA DE 20 LITROS	UNID	155	70,18	10.877,90	SIM
112.	LIXEIRA EM AÇO INOX COM PEDAL, 5 LITROS, FABRICADA EM AÇO INOX COM ACABAMENTO CROMADO: MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. POSSUI BALDE INTERNO REMOVÍVEL: MAIOR FACILIDADE NA LIMPEZA E	UND	134	101,13	13.551,42	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	MANUTENÇÃO DO PRODUTO. ABERTURA DA TAMPA POR MEIO DE PEDAL. CAPACIDADE: 10 LITROS. MEDIDAS: 25 X 25 X 38 CM. PESO: 2,75KG					
113.	LIXEIRA HOSPITALAR 50 LITROS COM PEDAL E ADESIVO INFECTANTE	UNID	33	190,83	6.297,39	SIM
114.	LUVA DE BORRACHA TAMANHO PARA LIMPEZA TAMANHO G	PAR	440	8,32	3.660,80	SIM
115.	LUVA DE BORRACHA TAMANHO PARA LIMPEZA TAMANHO M	PAR	515	8,30	4.274,50	SIM
116.	LUVA DE LATEX PARA LIMPEZA AMARELA P	PAR	465	8,25	3.836,25	SIM
117.	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATÉX BORRACHA NATURAL, COM PÓ BIOABSORVIVEL, TAMANHO G	CX	160	29,81	4.769,60	SIM
118.	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATÉX BORRACHA NATURAL, COM PÓ BIOABSORVIVEL, TAMANHO M	CX	175	27,93	4.887,75	SIM
119.	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATÉX BORRACHA NATURAL, COM PÓ BIOABSORVIVEL, TAMANHO P	CX	160	24,98	3.996,80	SIM
120.	MARMITA DE 1,5 L SEM DIVISÓRIA, CONSERVA OS ALIMENTOS EM TEMPERATURA IDEAL PARA CONSUMO EM ATÉ 4 HORAS, PRESILHAS PARA FECHAMENTO, POSSUI ALÇAS PARA TRANSPORTE, PODE IR AO MICRO-ONDAS, SEM DIVISÃO INTERNA, ISOLAMENTO TÉRMICO EM EPS, EFICIÊNCIA TÉRMICA DE ATÉ 4 HORAS PARA LÍQUIDOS QUENTES	UND	15	33,79	506,85	SIM
121.	MULTI INSETICIDA AEROSSOL, CONTRA MOSQUITOS, BARATAS E MOSCAS, COM ÓLEO DE CITRONELA, DE 300ML	UND	143	19,31	2.761,33	SIM
122.	PALITO DENTAL, ROLICO, DE MADEIRA, CAIXA COM 100PALITOS	UND	186	2,36	438,96	SIM
123.	PANELA, ALUMÍNIO BATIDO, COM CABO E TAMPAS, CAPACIDADE MINIMA	UND	20	125,39	2.507,80	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	20LITROS					
124.	PANELA, ALUMÍNIO BATIDO, COM CABO E TAMPAS, CAPACIDADE MINIMA 05LITROS	UND	20	112,84	2.256,80	SIM
125.	PANELA DE PRESSÃO 2 LITROS, POLIDA, DE BOA QUALIDADE	UNID	10	96,40	964,00	SIM
126.	PANELA DE PRESSÃO, ALUMÍNIO, COMPLETA, CAPACIDADE 04 L	UND	13	93,34	1.213,42	SIM
127.	PANELA DE PRESSÃO, ALUMÍNIO, COMPLETA, CAPACIDADE 10 L	UND	12	170,77	2.049,24	SIM
128.	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% LIGA DE ALUMÍNIO, TAMPAS GROSSAS DO MESMO MATERIAL DA PANELAS, MATERIAL DOS CABOS EM MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS, N° 20, CAPACIDADE DE 2,4 LITROS.	UND	15	104,64	1.569,60	SIM
129.	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% LIGA DE ALUMÍNIO, TAMPAS GROSSAS DO MESMO MATERIAL DA PANELAS, MATERIAL DOS CABOS EM MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS, N° 26, CAPACIDADE DE 4 LITROS.	UND	13	104,31	1.356,03	SIM
130.	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% LIGA DE ALUMÍNIO, TAMPAS GROSSAS DO MESMO MATERIAL DA PANELAS, MATERIAL DOS CABOS EM MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS, N° 32, CAPACIDADE DE 08 LITROS.	UND	17	143,16	2.433,72	SIM
131.	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% LIGA DE ALUMÍNIO, TAMPAS GROSSAS DO MESMO MATERIAL DA PANELAS, MATERIAL DOS CABOS EM MADEIRA MARFIM ENVERNIZADOS, N° 34, CAPACIDADE DE 10 LITROS.	UND	19	178,51	3.391,69	SIM
132.	PANO DE CHÃO EM ALGODÃO 60X90CM	UND	550	14,41	7.925,50	SIM
133.	PANO DE LIMPAR CHÃO TIPO COBERTOR COM 1,10 M X 60	UND	330	20,68	6.824,40	SIM
134.	PANO DE PRATO 48CMX70CM EM ALGODÃO	UND	560	7,62	4.267,20	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

135.	PANO PARA CHÃO 80CMX90CM EM ALGODÃO	UND	220	14,66	3.225,20	SIM
136.	PANO PARA LIMPEZA DE PIA TIPO FLANELA TAMANHO 39 CM X 59 CM	UND	275	5,74	1.578,50	SIM
137.	PAPEL ALUMÍNIO GRANDE 0,45CM POR 7. 5 MTS CAIXA COM 12 UND	CX	45	77,52	3.488,40	SIM
138.	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA ROLÃO 8 ROLOS 250 M	PCT	2560	30,05	76.928,00	SIM
139.	PAPEL HIGIENICO MACIO FOLHA SIMPLES, FARDO COM 64	FARDO	260	127,73	33.209,80	SIM
140.	PAPEL TOALHA INTERFOLHA COM DUAS DOBRAS (20X23CM) PACOTE COM 500 FOLHAS	PCT	3200	19,99	63.968,00	SIM
141.	PAPEL TOALHA, MULTIUSO, BRANCO BOBINA C/ 75 FOLHAS CADA COM 14CMX22CM PACOTE COM 2 BOBINA, FD COM 12 PCT	FARDO	632	91,24	57.663,68	SIM
142.	PEDRA SANITARIA REDONDA DE 25 GR, SUPORTE INDIVIDUAL EM PLASTICA CAIXA 48 UNIDADES	CX	68	147,96	10.061,28	SIM
143.	PILHA ALCALINA, PALITO, AAA 1,5V, PCT COM 4UND	PCT	118	12,53	1.478,54	SIM
144.	PILHA D GRANDE LR20 ALCALINA MN1300 CARTELA C/2 UN	UNID	126	32,31	4.071,06	SIM
145.	PILHA PEQUENA ALCALINA AA 1,5V PCT COM 02 UNID	PCT	184	18,01	3.313,84	SIM
146.	PILHA PEQUENA COMUM AA 1,5V PCT COM 04 UNID	PCT	130	18,57	2.414,10	SIM
147.	PLÁSTICO FILME PVC PARA ALIMENTOS ROLO 600M TRANSPARENTE RESISTÊNCIA PROFISSIONAL PAPEL FILME PVC EMBALAGEM DOMÉSTICA E COMERCIAL - ALTA ADERÊNCIA (600M)	UNID	112	9,49	1.062,88	SIM
148.	POTE DE PLÁSTICO, RESISTENTE, P/ ARMAZENAR CAFÉ EM PÓ, COM CAPACIDADE MINIMA 05 LITROS	UND	43	29,84	1.283,12	SIM
149.	POTE DE PLÁSTICO, RESISTENTE, P/ ARMAZENAR FEIJÃO, COM CAPACIDADE MINIMA 05 LITROS	UND	41	29,84	1.223,44	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

150.	POTE DE PLÁSTICO, RESISTENTE, P/ CONDIMENTOS, AÇÚCAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA 04 LITROS	UN	43	32,05	1.378,15	SIM
151.	POTE VASILHAS DE PLÁSTICO, RETANGULAR, COM TAMPA,CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITROS	UND	52	22,45	1.167,40	SIM
152.	POTE VASILHAS DE PLÁSTICO, RETANGULAR, COM TAMPA,CAPACIDADE MÍNIMA DE 3 LITROS	UND	52	23,61	1.227,72	SIM
153.	PRATO DESCARTAVEL FUNDO DE 21 CM DE DIAMETRO CX COM 25X10UND	CX	532	111,43	59.280,76	SIM
154.	PRATO DESCARTAVEL, RASO, BRANCO, 21CM, PCT COM 10UND, CAIXAS COM 100PCT	CX	467	439,62	205.302,54	NÃO
155.	PRATO SOPA DE VIDRO TEMPERADO LISO TRANSPARENTE	UND	395	6,37	2.516,15	SIM
156.	PRATO DE VIDRO, TEMPERADO, FUNDO	DZ	60	61,19	3.671,40	SIM
157.	PRATO DE VIDRO, TEMPERADO, FUNDO, LISO	DZ	65	74,35	4.832,75	SIM
158.	RALADOR COM TRES FACES, EM FORMATO TRIANGULAR, LAMINAS EM AÇO INOX, LÂMINAS PARA RALO GROSSO, RALO MÉDIO, RALO FINO, COM DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 20CMX 9CM X 9 CM	UND	25	22,64	566,00	SIM
159.	RASTELO, PLÁSTICO, GRANDE 60 CM	UND	87	27,12	2.359,44	SIM
160.	REFIL - CARBOM, COMPOSTO DE ELEMENTO FILTRANTE COM EFICIÊNCIA NA REMOÇÃO DE CLORO LIVRE.	UNID	36	23,40	842,40	SIM
161.	REFIL FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA, VAZÃO NOMINAL 90 L/H PRESSÃO DE OPERAÇÃO 19.6 A 392 KPA, TEMPERATURA 5 C° A 50C°, VIDA ÚTIL DO REFIL MÍNIMO 4.000 L	UNID	15	22,40	336,00	SIM
162.	REFIL - POLIPROPILENO, COMPOSTO DE ELEMENTO FILTRANTE COM EFICIÊNCIA NA REMOÇÃO DE CLORO LIVRE.	UNID	36	22,40	806,40	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

163.	REGISTRO GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO(GLP), REGULADOR, MANGUEIRA TRANÇADA 1,25MT, PADRAO ABNT COM BRACADEIRAS	UND	39	52,17	2.034,63	SIM
164.	RODO, EMBORRACHADO, PLASTICO, MEDIO, 40CM COM CABO DE MADEIRA	UND	108	13,92	1.503,36	SIM
165.	RODO, EMBORRACHADO, PLASTICO, GRANDE, 60CM COM CABO DE MADEIRA	UND	195	19,55	3.812,25	SIM
166.	RODO, EMBORRACHADO, PLASTICO, PEQUENO, 30CM COM CABO DE MADEIRA	UND	64	13,26	848,64	SIM
167.	SABÃO, DETERGENTE, EM PO, TECIDOS E PISOS, C/ PARTICULAS EXTRA LIMPEZA, CX 15X1000GR	CX	269	100,13	26.934,97	SIM
168.	SABÃO, BARRAS, CX C/ 10 PCT, PCT C/ 05UNID, UNID DE 200GR	CX	93	145,51	13.532,43	SIM
169.	SABÃO LÍQUIDO, ANTISSEPTICO PARA LAVAGEM DE MÃOS	UNID	420	16,16	6.787,20	SIM
170.	SABONETE, BARRA, 90GR, FRAGANCIAS VARIADAS, 12 UNID	DZ	92	50,74	4.668,08	SIM
171.	SACO EM ALGODAO ALVEJADO P/ USO VARIADO 160G	UND	515	23,66	12.184,90	SIM
172.	SACOLA, PLÁSTICA, BRANCA, COM ALÇA	KG	105	49,39	5.185,95	SIM
173.	SACOLA, PLÁSTICA, BRANCA, COM ALÇA COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 1KG	UNID	113	55,50	6.271,50	SIM
174.	SACOLA PLÁSTICA, TRANSPARENTE, CAPACIDADE ARMAZENAMENTO 02KG	KG	52	44,07	2.291,64	SIM
175.	SACOLA PLÁSTICA, TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 05 KG	KG	69	49,14	3.390,66	SIM
176.	SACO PARA LIXO, REFORCADO, CAPACIDADE 100LITROS, DIMENSAO MINIMA 75X105CM, FARDO COM 25 PCT DE 05 UNID	FARDO	565	162,75	91.953,75	NÃO
177.	SACO PARA LIXO, REFORCADO, CAPACIDADE 15 LITROS, PACOTE COM 20 UNIDADES	PCT	1370	5,71	7.822,70	SIM
178.	SACO PARA LIXO, REFORCADO, CAPACIDADE 50LITROS, DIMENSAO MINIMA 63X80CM, PCTO COM 10 UNID	PCT	1790	5,11	9.146,90	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

179.	SACO PARA LIXO, REFORCADO, CAPACIDADE 30LITROS, DIMENSAO MINIMA 59X62CM, PCTO COM 10 UNID	PCT	1000	5,07	5.070,00	SIM
180.	SOCADOR DE ALHO PLASTICOS	UND	19	11,02	209,38	SIM
181.	SODA CAUSTICA 1ª LINHA POTE COM 1KG	UND	97	29,25	2.837,25	SIM
182.	SUPORTE DE ALUMINIO PARA COADOR	UND	15	64,02	960,30	SIM
183.	SUPORTE DE MADEIRA PARA COADOR	UND	8	50,40	403,20	SIM
184.	SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL DE 180 ML COM CAPACIDADE DE 100 UNID. PLÁSTICO RESISTENTE	UND	54	53,06	2.865,24	SIM
185.	SUQUEIRA DISPENSER CRISTAL PARA SUCO, ALTURA: 48CM, LARGURA: 17CM, COMPRIMENTO: 17CM MATERIAL VIDRO BANHADO EM CRISTAL CAPACIDADE 3.0 LITROS COR TRASPARENTE	UNID	19	204,65	3.888,35	SIM
186.	TABUA DE CORTAR CARNE, PLASTICA, MINIMO 30X40CM	UND	34	51,20	1.740,80	SIM
187.	TAPETE PARA PORTA E BANHEIRO EMBORRACHADO, JOGO DE BANHEIRO 3 PÇS LAVAVEL,FACIL DE SECAR, ANTIBACTERIAS, ANTIMOFO	UND	23	40,40	929,20	SIM
188.	TAPETE TIPO CAPACHO P/ PORTA LAVAVEL-FACIL DE SECAR-ANTIBACTERIAS- ANTIMOFO,1 TAPETE 60CMX40CM	UNID	59	41,15	2.427,85	SIM
189.	TOALHA DE ROSTO COLORIDA 80X50 CM, TECIDO ATOALHADO: TECIDO OBTIDO POR FIOS EM FORMA DE LAÇOS QUE EMERGEM DA ESTRUTURA BÁSICA, DANDO UM EFEITO FELPUDO EM AMBAS AS FACES	UND	70	21,87	1.530,90	SIM
190.	TOALHA EM PLÁSTICO PARA MESA DE COZINHA, MEDINDO 1,40 CM DE LARGURA POR 2,20 CM DE ALTURA, COM ESTAMPA	UND	23	97,67	2.246,41	SIM
191.	TOALHA PEQUENA TIPO DE ROSTO TAMANHO 42X70CM	UND	30	21,26	637,80	SIM
192.	TOCA PARA COZINHA, TAMANHO G, DESCARTÁVEL,	CX	157	19,12	3.001,84	SIM



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

	CAIXA COM 50 UNID					
193.	VARAL DE CHÃO, DE ALUMINIO, REFORÇADO, DOBRAVEL	UNID	15	74,80	1.122,00	SIM
194.	VASSOURA DE CIPÓ C/CABO DE BOA QUALIDADE.	UND	90	32,47	2.922,30	SIM
195.	VASSOURA, PLASTICA, FIOS LONGOS, DEITADA, COM CABO	UND	120	15,69	1.882,80	SIM
196.	VASSOURA MELGA COM CABO	UND	230	19,69	4.528,70	SIM
197.	VASSOURA SERDAS DE NYLON C/ CABO DE MADEIRA	UND	135	21,64	2.921,40	SIM

VALOR TOTAL: R\$ 1.405.321,85. (Um milhão quatrocentos e cinco mil trezentos e vinte um reais e oitenta cinco centavos).

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	04/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	13/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	13/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).

Obs: Para todas as referências de tempo será observado o **HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA – DF.**

MODE DE DISPUTA ABERTO

I- Este pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida;

II- O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sites: <https://licitanet.com.br/> e <https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/1/> e (<https://pncp.gov.br/app/editais>).

III- As informações duvidas e ou questionamentos relativos a este Edital, deverão ser encaminhadas exclusivamente na aba própria da plataforma Licitanet: <https://licitanet.com.br/>, para efeito de publicidade e conhecimento de todos os participantes.

IV- O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no portal LICITANET Licitações eletrônicas (www.licitanet.com.br).

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, lei Municipal 1559/2021 e decreto municipal nº 114/2024.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 empresas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.3 pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4 aqueles que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6 pessoas física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7 O impedimento de que trata o item 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua



controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.8 agentes público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.11 A vedação de que trata o item 3.6.10 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. Conforme Art. 58. da Lei 14,133, de 2021

4.2 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.3 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo <não= impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 a 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13.3 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.4 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.5 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na formado item 3.12 possuirá



caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos do item;

5.1.1 Marca;

5.1.2 Modelo;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Castanheiras-RO e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6 DAS DECLARAÇÕES

6.1 licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, modelo ou pelo o do sistema **Licitanet**:

6.2 Declaração que não Emprega Menor, conforme inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

6.3 Declaração de Micro Empresa ou EPP, quando aplicável.

6.4 Declaração de Fato Superveniente ou Impeditivo da habilitação.

6.5 Declaração de Habilitação e Elaboração Independente de Proposta.

6.6 Declaração que não possui no quadro de funcionários servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21;

6.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomar o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

6.9 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos



6.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no <chat> a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.11 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

6.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 O pregoeiro, a seu critério, poderá bloquear o chat, principalmente em licitações em que seja dado algum tipo de benefício local e ou regional.

7.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário, quando tratar-se de certame por item.

7.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



7.9 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s(quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.12 Em campo próprio do sistema, na hipótese de erros de digitação dos valores, o licitante poderá solicitar mediante funcionalidade disponibilizada no sistema a exclusão do seu lance, o que será avaliado pelo Pregoeiro.

7.13 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.13 O Município de Castanheiras - RO, adota para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **<ABERTO>**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.3 Definida a melhor proposta, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta.

7.14.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar novos lances.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico



poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da 7.22 entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.23 Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, terá direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal Nº 1.559/2021 e decreto municipal nº 114//2024, para oferecer proposta.

7.24 Não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, de empresas que não se enquadrem nos benefícios oriundos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.25.1 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.25.2 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.25.3 empresas brasileiras;



7.25.4 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.5 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.28 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28.3 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29.5 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#),

legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- c) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



8.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8 Será desclassificada a proposta vencedora.

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas** a contar licitação do pregoeiro no sistema eletrônico **e deverá:**

9.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4 Os descontos ofertados nos lances verbais deverão ser lineares - relação a proposta original - a todos os itens do lote, sendo passível a variável de até 0,5 % (meio por cento) entre os valores dos itens para adequação das



propostas.

9.5 No mesmo prazo do item 8.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no PORTAL DO LICITANET, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

9.6 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.8 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.9 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.10 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.11 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.12 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, para o conhecimento de todos.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 O envio de toda a documentação de habilitação juntamente com a proposta **FINAL** é **OBRIGATÓRIO**, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência.

10.2 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.



10.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na formada lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no LICITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até (**DUAS HORAS**), prorrogável por igual período, a critério e ou solicitação do pregoeiro.

10.11 A verificação no LICITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art.64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.12.1 No caso de diligência e ou solicitação, do pregoeiro no chat, deverá o licitante encaminhar complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2 Também no caso de atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13 Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



10.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15 Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

10.16 Da Habilitação Jurídica:

- a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração doramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e **ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.**
- d) Cédula de identificação dos sócios (**RG**) e (**CPF**), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.
- e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.
- f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.17 Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS.
- c) Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS.
- d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do FGTS.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para com provar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

10.17.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.17.2 Segurado o prazo de **5(cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.17.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.17.4 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18 Da Qualificação Econômica e Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando que a empresa não está em processo de falência;
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- d) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos dos dois últimos balanços patrimoniais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:
 - d1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.
 - d2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.
 - d3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.
 - LC= Liquidez Corrente – superiores a 1 LG= Liquidez Geral – superiores a 1 SG= Solvência Geral – superiores a 1
- e) Em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI), aplicam-se as seguintes regras complementares:
Documentação Contábil:
- f) Fica dispensada a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE), substituídos por:
- g) Declaração Anual do MEI (**DASN-SIMEI**) dos últimos 2 (dois) exercícios;
- h) Relatório Contábil Simplificado (**quando existente**), com indicação de receitas, despesas e obrigações.

10.19 Documentação Relativa à Qualificação Técnica

10.19.1 A empresa deverá apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** por empresa pública ou privada, em nome da empresa participante, que comprove aptidão para o fornecimento de serviços similares ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Tal documentação segue decisão do TCU em sede Acórdão onde afirma ser suficiente que a empresa licitante comprove a realização do serviço pelo menos uma vez, vejamos:

“TCU Acórdão 571/2006 2ª. Câmara (...) e abstenha-se de exigir um número mínimo de atestados de



capacidade técnica, bastando que a empresa licitante comprove que já realizou o tipo de serviço desejado em pelo menos uma ocasião”.

10.19.3 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

10.20.4 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO CONCEDIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL, (SER FOR O CASO). REGISTRO SANITÁRIO DO PRODUTO - PROVA DE REGISTRO MATERIAL EMITIDO PELA ANVISA/MS, OU DE SUA ISENÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços da plataforma Licitanet e o fornecedor deverá assinalar dentro do prazo estipulado no item 11.1.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Do Contrato oriundo da Ata de Registro de preços.

11.10 Durante a vigência da Ata de Registro de preços poderão ser celebrados contratos, que deverão ser observados os seguintes requisitos;

11.10.1 No momento da contratação, a disponibilidade de créditos orçamentários.

11.10.2 bem como a previsão da contratação no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



11.10.3 Não serão objeto de cancelamento automático os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual, senão depois de encerrada a vigência destes.

11.11 A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

11.11.1 a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

11.11.2 a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

11.11.3 a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.11.3.1 A extinção mencionada no neste item, ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

11.12 Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que;

11.12.1 a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

12 DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será convocada pela Prefeitura Municipal de Castanheiras-RO, através da plataforma LICITANET, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no ITEM 11.1, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 Para tanto, a empresa vencedora será notificada por e-mail, pela plataforma Licitanet, para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade.

12.3 A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

12.4 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos

previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

13.2 Do Reajustamento e Reequilíbrio

13.2.1 Os preços contratados serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data do orçamento estimado.

13.2.2 O valor do contrato será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido por ocasião da anualidade, se vantajosa para a administração a sua prorrogação por igual período, mediante requerimento da contratada, após o



período mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

13.2.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência.

13.2.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional.

13.2.5 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de preços, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

13.2.6 O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.2 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

14.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.3.1 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.4.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.4.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.5.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.5.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



15 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.3 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

15.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

15.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões:

15.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

15.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

15.9 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 15.7.

15.10 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 15.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 DOS RECURSOS



16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, quando; <ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;=

16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

16.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4 em exceção ao disposto no subitem 11.3.3, se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata

10.8 dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.9 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://licitanet.com.br/>

17 DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

I. Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, conforme necessidade da secretaria, vide Termo de Referência.

II. O prazo de entrega dos bens será de até **15 (quinze) dias** corridos contadas do envio da nota de empenho ou documento equivalente

a. **LOCAL DE ENTREGA:** O material deverá ser entregue no Almoxarifado Central, Localizado da Av. Jacarandá nº 100 centro, Castanheiras – RO - Cep: 76.948- 000, horário das 07:30hs às 13:30hs de segunda a sexta-feira.

b. Os produtos deverão ser entregues, conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição damente assinada pelo responsável da secretaria. É de inteira responsabilidade do licitante vencedor, o transporte dos produtos para o local solicitado. Qualquer avaria do produto, ocasionado pelo transporte, não será aceito e o mesmo disponibilizado para retirada imediata.

c. O transporte compreende o procedimento como um todo, ou seja, desde o carregamento do material/produto



até a efetiva descarga dos mesmos no endereço constante neste Edital e Termo de Referência, sem qualquer tipo de ônus para o município.

d. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ***ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.***

18 DO RECEBIMENTO

18.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

18.1.1 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado, a contar da notificação da contratada às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias, a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal, no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19 DA FISCALIZAÇÃO

19.1 A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

19.2 Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

19.3 A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/21.



20 DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

O produto fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade e ser entregue adequadamente armazenado. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

20.1 Os produtos/materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

20.2 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ao) obrigada(s) a garantir os padrões de qualidade de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis, em cada item especificado neste instrumento convocatório e Termo de Referência.

20.3 O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

21 DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

22 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

22.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

22.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

22.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

22.1.6 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.7 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.8 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

22.1.9 deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

22.1.10 caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

22.1.11 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 22.1.12 recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina a forma para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 22.1.13 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 22.1.14** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 22.1.15 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.2 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 22.2.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 22.2.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 22.2.3 caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.2.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.3 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#). Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 22.3.1 advertência;
- 22.3.2 multa;
- 22.3.3 impedimento de licitar e contratar; e
- 22.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 22.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 22.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.4.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 22.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.5 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (**trinta**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 22.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 22.7 Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 22.8 A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no caput, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 22.9 A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no caput, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser



conduzido por comissão composta nos termos do Art 158 da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

22.11 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

22.12 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 3, de 2021.

22.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública

22.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.17 Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

22.18 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

22.19 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

23 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

23.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à datada abertura do certame.

23.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.



23.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

23.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.7 A ausência de impugnação implicará a aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos.

23.8 A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos

24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10 Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

saneamento.

24.11 A Autoridade Superior do MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO , poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.12 A anulação do pregão induz à do contrato.

24.13 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.14 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.15 Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão n. 1211/2021-Plenário, não é considerado documento novo, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de contratação.

24.16 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereço eletrônico: portal LICITANET Licitações eletrônicas (www.licitanet.com.br) , e também no portal da transparência do município de Castanheiras -RO .(<https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br>) (<https://pncp.gov.br/app/editais>) .

24.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de proposta

ANEXO III – Modelo de Declaração Unica

ANEXO IV– Modelo de Ata de Registro de preços.

Castanheiras /RO, 30 de Janeiro de 2026

Denize Regina dos Santos:0003572129 Assinado de forma digital

por Denize Regina dos Santos:0003572129

**DENIZE REGINA DOS SANTOS AGENTE
DE CONTRATAÇÃO/ PREGOEIRO
PORT. N°. 171/GAB/2025**



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO I – TERMO REFERENCIA



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: 1139/2025

A consolidação das informações presentes neste Termo de Referência, é de acordo com o enviado pela unidade requisitante:

GABINETE DA PREFEITO - GAB
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - CAM

PREÂMBULO

O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Estudo Técnico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e pela LEI 1.117/2025 Regulamenta a Lei de Licitações no Município. Assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

1. DEFINIÇÃO	DO	OBJETO
--------------	----	--------

1.1 Registro de preço para futura e eventual AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO, UTENSÍLIOS DE USO EM LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E DE COZINHA DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 DURANTE A VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, conforme quantitativo e especificações e valores que estão descritas no anexo I deste TR.

1.2 A demanda é considerada comum pois enquadra-se nos termos da definição do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021: XIII - bens e serviços comuns: aqueles



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A ata de registro de preço resultante desse certame licitatório terá validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua publicação e assinatura com instrumento contratual prorrogável respeitado os dispositivos do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

2.0 DO OBJETO

Registro de preço para futura e eventual **AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO, UTENSÍLIOS DE USO EM LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E DE COZINHA DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 DURANTE A VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS.**

2.1 As descrições e quantitativos solicitados pelas secretarias demandantes foram consolidadas conforme **QUADRO DE DETALHAMENTO DOS ITENS, ANEXO I** onde o mesmo consta o detalhamento completo como: descrição, unidade de medida, quantidade e valores.

3.0 DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1 Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

3.1.1 A Fundamentação da Aquisição de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste
Termo de Referência.

3.2 JUSTIFICATIVA E DA QUANTIDADE

As descrições e quantitativos solicitados pelas secretarias demandantes foram consolidadas conforme **QUADRO DE DETALHAMENTO DOS ITENS, ANEXO I** onde o mesmo consta o detalhamento completo como: descrição, unidade de medida, quantidade e valores, em conformidade com as justificativas apresentadas pelas demandantes:

SEMUSA

A aquisição dos materiais de copa, cozinha, limpeza, higiene e utensílios diversos, relacionados na lista anexa, justifica-se pela necessidade permanente da Secretaria Municipal de Saúde em manter condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde, garantindo ambientes limpos, organizados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Tais materiais são essenciais para a higienização dos espaços, manuseio e acondicionamento adequado de alimentos, apoio às rotinas administrativas e assistenciais, além de contribuírem diretamente para a prevenção de riscos à saúde de pacientes, profissionais e usuários dos serviços públicos de saúde.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

Ressalta-se que a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde dependem, entre outros fatores, da disponibilidade regular desses itens, sendo a aquisição de suma importância para que a Secretaria possa executar suas atividades com eficiência, segurança e responsabilidade, assegurando atendimento adequado e humanizado à comunidade.

SEMEC

A aquisição dos materiais de copa, cozinha, limpeza, higiene e utensílios diversos, constantes na lista anexa, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, considerando a essencialidade desses itens para o funcionamento adequado das unidades escolares e setores administrativos vinculados.

Os materiais solicitados são indispensáveis para a manutenção da limpeza, organização e higiene dos ambientes escolares, preparo e distribuição da alimentação escolar, bem como para garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e um ambiente seguro e saudável aos alunos, professores e demais usuários da rede municipal de ensino.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a rotina das escolas, podendo impactar negativamente a qualidade do ensino, a segurança sanitária e o bem-estar da comunidade escolar. Dessa forma, a aquisição é de suma importância para assegurar a continuidade das atividades educacionais e a prestação de um serviço público eficiente, digno e de qualidade à população.

SEMAS

Justifica-se a aquisição dos materiais de copa, cozinha, limpeza, higiene e utensílios diversos, conforme lista anexa, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus equipamentos, tais como centros de referência, abrigos, unidades de atendimento e demais espaços destinados ao acolhimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Os materiais são fundamentais para garantir a limpeza, organização e funcionamento adequado desses ambientes, bem como para o preparo e fornecimento de alimentos, realização de atividades socioassistenciais e atendimento digno aos usuários dos serviços.

A ausência desses itens compromete a execução das ações sociais e o acolhimento adequado da população atendida. Assim, a aquisição é de suma importância para que a Secretaria de Assistência Social possa desempenhar suas atribuições com qualidade, respeito e eficiência, promovendo melhores condições de atendimento e fortalecendo a prestação de serviços à comunidade.

SEMAD

A aquisição dos materiais de copa, cozinha, limpeza, higiene e utensílios diversos, constantes na lista anexa, faz-se necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração, responsável pelo suporte e funcionamento dos prédios públicos e setores administrativos do Município.

Os referidos materiais são essenciais para a manutenção da limpeza, organização e higiene dos espaços administrativos, além de apoiar as rotinas diárias de trabalho, recepção ao público e atividades internas, garantindo um ambiente adequado tanto para



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços públicos.

A disponibilidade contínua desses itens contribui diretamente para a eficiência administrativa, preservação do patrimônio público e melhoria das condições de trabalho, sendo de suma importância para que a Secretaria de Administração possa executar suas atividades de forma eficaz e assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade à comunidade.

CÂMARA

Justifica-se a aquisição dos materiais de copa, cozinha, limpeza, higiene e utensílios diversos, constantes na lista anexa, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Vereadores, considerando a importância da manutenção adequada das atividades legislativas, administrativas e de atendimento ao público.

Os referidos materiais são essenciais para garantir a limpeza, organização e higienização das dependências da Câmara, bem como para o apoio às rotinas internas, recepção de munícipes, realização de sessões legislativas, reuniões, audiências públicas e demais atividades institucionais desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

A ausência ou insuficiência desses itens compromete o adequado funcionamento do prédio legislativo e a qualidade do atendimento prestado à população. Dessa forma, a aquisição é de suma importância para assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores e parlamentares, além de proporcionar um ambiente digno, seguro e organizado aos cidadãos que acompanham e participam das atividades da Câmara Municipal, contribuindo para a transparência, eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade.

3.3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.3.2 A solução mais viável a aquisição deverá ser realizada por meio de sistema Registro de Preços SRP, devido as seguintes vantagens:

- A) Possibilidade de aquisição parcelada dos bens, de acordo com as necessidades surgidas e com viabilidade orçamentária da instituição;
- B) Discricionariedade das secretarias para efetuar ou não a aquisição de itens;
- C) Não compromete recursos financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da utilização dos itens da ata de registro de preços;
- D) Não há a necessidade de possuir um lugar adequado para o depósito de produtos ou adequação de ambientes para estocar materiais específicos. A Prefeitura não depende de recursos com a construção/ampliação e manutenção de um depósito central. À medida que houver a necessidade de algum produto, basta solicitar a empresa detentora (fornecedora) da Ata de Registro de Preço para entregar no local estabelecido nas cláusulas;
- E) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do



registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3.3 A demanda é considerada comum pois enquadra-se nos termos da definição do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021: XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3.4 O tipo e critério de julgamento da licitação é o **MENOR PREÇO UNITÁRIO** para a seleção da proposta mais vantajosa.

4.0 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens comuns, conforme o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133/2021. Tal classificação se justifica pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade dos itens podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.2 Os materiais fornecidos deverão atender aos critérios de primeira qualidade, observando padrões mínimos que possibilitem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.3 O fornecedor deverá garantir a entrega dos materiais de forma a atender às necessidades administrativas das Secretarias, em conformidade com as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no presente instrumento.

4.4 A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme as especificações, prazos e locais definidos no Termo de Referência, acompanhada da respectiva nota fiscal. O documento fiscal deverá conter informações detalhadas sobre a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade dos itens fornecidos.

4.5 Para assegurar a qualidade dos produtos adquiridos e garantir a transparência do processo de contratação, deverão ser observados os seguintes critérios:

Origem e Qualidade;

Certificação e Selos de

Qualidade; Embalagem e

Rotulagem; Armazenamento e

Transporte;

Substituição em Caso de Produto Defeituoso;

4.6 O fornecedor será responsável por eventuais vícios e danos decorrentes dos materiais fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.7 Caso sejam identificados defeitos ou não conformidades nos materiais fornecidos, o fornecedor deverá providenciar a substituição, reparação ou correção dos itens, às suas expensas, dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

4.8 O fornecedor deverá comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, qualquer impossibilidade no cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida justificativa e comprovação.

4.9 Durante toda a execução do contrato, o fornecedor deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, garantindo a compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.10 O fornecedor deverá atender, sempre que aplicável, aos critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

legislação vigente.

4.11 Deverão ser observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como as determinações da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que couber.

4.12 O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a municipalidade.

5.0 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Será adotada a aquisição e entrega parcelada de bens, tendo em vista o atendimento das demandas das diversas unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Castanheiras, que poderão fazer suas solicitações em períodos diversos do anos, de acordo com sua viabilidade orçamentária.

5.2 Condições e Local da Entrega

5.2.1 As entregas deverão ser feitas em até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho, no Almoxarifado Central da Prefeitura do Município de Castanheiras/RO, localizado na Avenida Jacarandá, nº 100, Bairro Centro, durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30. Bem como na Câmara Municipal localizada Av: Jacarandá nº 2100, centro.

6.0 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

6.1 Recebimento do objeto:

Não serão recebidos materiais com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência;

6.2 Nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021, os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório.

6.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;

6.4 O material/alimento entregue com defeito ou fora das especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação;

6.5 A recusa ao recebimento do material/alimento, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega,



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

6.6 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita entrega dos bens adquiridos, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

7.0 PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos Equipamentos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

7.2 Será procedida consulta ON LINE junto aos órgãos os quais são exigidas a documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.

8.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

8.2 O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por ITEM**, em atenção ao Art. 6, § 1º, Inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021;

8.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso, §§ III, da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Os preços de referência serão definidos por meio de cotação de preços, atas de registro de preço atualizadas, por meio de bancos de preços ou outro método válido utilizado pelo setor competente.

8.5. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

9.0 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1 QUALIFICAÇÃO JURÍDICA



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

- a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.
- e) No caso de ser representado por procurador, deve-se apresentar a documentação conforme a letra d.
- f) Ser acompanhada pela procuração pública ou privada (neste último caso reconhecida firma em cartório).

9.2 Qualificação Fiscal

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas " a " do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- e) Prova de inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho da sede ou domicílio da licitante.

9.3 Qualificação Econômico Financeira

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- c) Por se tratar de aquisição de bens de pronta entrega fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial e as demais peças contábeis.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando o Art. 6º da IN nº 65/2021, foram realizado pesquisa de preço no comércio, bem como no banco de preço, a atualização de índices dos valores



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

licitados na atas do ano anterior. Após a pesquisa de preços, foi realizada a **Análise de sendo fixado o valor total médio para licitação de R\$ 1.405.321,85.** *(Um milhão quatrocentos e cinco mil trezentos e vinte um reais e oitenta cinco centavos).*

11. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas para o exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados as Secretarias demandantes e pela Lei Orçamentária Anual do Município de Castanheiras.

SEMAD:

Projeto atividade: 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo
Ficha: 38

SEMEC:

Projeto atividade: 02.006.12.368.0004.2.2.020 – Manutenção das atividades da secretaria de educação e cultura -5% e 25%.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material De Consumo
Ficha: 104

SEMAS:

Projeto atividade: 02.010.04.122.0014.2.043 – Manutenção do fundo Municipal de assistencial Social
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo
Ficha: 4

SEMUSA:

Projeto atividade: 02.009.10.301.0012.2.031 – Manutenção do fundo Municipal de Saúde 15%.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo
Ficha: 8

CÂMARA:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo
Ficha: 6



12 DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

12.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

12.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/2021 demais normas complementares e disposições Ata de Registro de Preços, deste Termo de Referência e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

12.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/2021.

12.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

12.6. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

13 . DA VIGÊNCIA DA ATA

13.1A validade da ata de registro de preço será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

14. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A administração e o Gerenciamento da Ata de Registro de Preço caberão ao Gerente de Registro de Preço da Prefeitura Municipal de Castanheiras, auxiliado pelas Secretarias solicitantes.

15. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

15.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

15.2 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta PMC o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

15.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

15.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

15.5 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

15.6 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

16 DA PRORROGAÇÃO

16.1 O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de será de **1(um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

16.2 A presente Ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

16.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. Conforme Parágrafo único do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

17 REVISÃO DE PREÇOS

a) O reajuste ocorrerá de acordo a contagem da anualidade e o índice IPCA a depender do objeto da licitação a cada 12 (doze) meses, cuja data base está vinculada a data do orçamento estimado da contratação a depender do objeto da licitação.

b) A relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA DA ATA e a retribuição desta PMC para a justa remuneração dos



fornecimentos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta apresentada.

c) O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

d) O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Gerente do Sistema de Registro de Preços desta Prefeitura, com identificação do instrumento a que se refere.

e) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

f) Na hipótese de a DETENTORA DA ATA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

g) Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133/2021.

h) Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste TR;

18.1. Entregar os materiais de acordo com o especificado no Termo de Referência;

18.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a administração;

18.3. Manter, durante toda a execução do fornecimento dos materiais, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;

18.4. Informar a Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

18.5. As entregas serão de acordo com as necessidades das instituições, sendo que o prazo de entrega conforme item 5.1 deste Termo de Referência, conforme

as necessidades da secretarias contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura da Ordem de Fornecedor ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

18.6. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

18.7. Fornecer os Materiais, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

18.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

18.9. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

fornecimento dos materiais;

18.10. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender todas os pedidos de empenhamentos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

18.11. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante nota de empenho, a qual poderá ser entregue via ofício ou e-mail, devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos materiais a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste edital.

19.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.3. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.4. Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste edital.

19.5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.

19.6. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.7. Gerenciar a ata de registro de preços nos termos definidos nas Legislações, fazendo cumprir as determinações nela impostas.

20 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 A entrega do objeto ou execução dos serviços será acompanhada pela Comissão de recebimento, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidões, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.

20.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

20.3. O Chefe do Poder Executivo, bem como Gestor designado, poderá nomear fiscal de contrato.

21 DAS PENALIDADES/SANÇÕES:

21.1 - Penalidades / sanções:

21.1.2 Advertência: será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

ou a terceiros.

21.2. Multas:

21.2.1. 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor do(s) produto(s) entregue(s) com atraso;

21.2.2. 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor do(s) produto(s), pelo atraso na substituição ou na regularização daquele(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

21.2.3. 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor unitário do produto, pelo atraso no reparo ou na substituição deste durante o período de garantia, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor;

21.2.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor do(s) produto(s) entregues em desacordo com as especificações do edital. Fica afastada a incidência do subitem anterior na hipótese em que a substituição/regularização ocorrer dentro do prazo inicialmente estipulado para a entrega; e,

21.2.5. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

21.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a PMC poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

21.4. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a DETENTORA DA ATA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.5. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

21.6. A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela PMC, sem aplicação de juros de mora.

21.7. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a PMCCaminhará, no 1º (primeiro) dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à DETENTORA DA ATA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até

o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

21.7.1 as multas são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e,

21.7.2 na hipótese de a DETENTORA DA ATA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a PMC inscreverá o valor em dívida ativa.

21.8 IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Castanheiras - RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da PMC, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos seguintes casos:



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

- 21.8.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.8.2 dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.8.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.8.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.8.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.8.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.9. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**
pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
 - 21.9.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 21.9.2 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 21.9.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 21.9.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 21.9.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 21.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a PMC, exigidos, cumulativamente:
 - 21.10.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - 21.10.2 pagamento da multa;
 - 21.10.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - 21.10.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - 21.10.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 21.11. Além das penalidades citadas, a(s) DETENTORA(S) DA ATA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores da PMC e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 21.12. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta PMC, a(s) licitante(s) ou a(s) DETENTORA(S) DA ATA, conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.
- 21.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 21.14. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

22. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1 Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação do serviço ou entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

anormalidades não previstas nas especificações.

Fica estabelecido o foro da Comarca de Presidente Médici RO, para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica;

Castanheiras/RO 28/01/2026.

PAULO ROBERTO ALVEZ MACHADO
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MAT. 39



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO I- DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE CADA SECRETARIA SOLICITANTE



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ITEM	DESCRICAO	UNID.	TIPO ENTREGA	SEMAD	SEMEC	SEMUSA	SEMAS	CAMARA	TOTAL
1	AGUA SANITARIA, Caixa com 03 embalagens de 05 Litros	CX	Almoxarifado	60	142	115	60	28	405
2	ALCOOL ETILICO EM HIDRATADO 70° INPM - CX C/12X1000ML	CX	Almoxarifado	30	25	110	3	3	171
3	ALCOOL ETILICO EM GEL 70° INPM - CX C/12X500ML	CX	Almoxarifado	8	8	28	1	1	46
4	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8° INPM 1 LITRO caixa com	CX	Almoxarifado	12	7	21	1	1	42
5	ASSADEIRA, RETANGULAR, Alumínio Polido, Media, Dimensoes: 37,7×27,7×5,5Cm	UND	Almoxarifado	-	5	6	5		16
6	ASSADEIRA, RETANGULAR, Alumínio Polido, Grande, Dimensoes: 42,5×30,8×6,0Cm	UND	Almoxarifado	-	5	5	5		15
7	Avental Frontal Tecido Brim Branco com as seguinte dimensões: 120 x 70 cm	UND	Almoxarifado	12	25	34	20		91
8	AVENTAL, Uso Domestico, Modelo Canguru, Forro Impermeável, 76x52Cm	UND	Almoxarifado	12	10	29	4	2	57
9	BACIA PLASTICA 10 LTS, EM POLIETIRENO RESISTENTE, CAPACIDADE 10 L	UND	Almoxarifado	10	15	5	10	1	41
10	BACIA EM PLÁSTICO REFORÇADO 36 LITROS	UND	Almoxarifado	10	10	5	10		35
11	BACIA PLASTICA 05 LTS, EM POLIETIRENO RESISTENTE, CAPACIDADE 5 LITROS	UND	Almoxarifado	2	8	6	10		26
12	BACIA, PLÁSTICO, Capacidade Minima 20Ltrs	UND	Almoxarifado	3	15	3	6		27



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

13	BACIA, PLÁSTICO , Capacidade Mínima 30Ltrs	UND	Almoxarifado	3	15	2	10		30
14	BALDE, PLASTICO , Alca Metalica, Material Atóxico e Muito Resistente, Capacidade Mínima 10Lts,)	UND	Almoxarifado	5	15	23	15		58
15	BALDE, PLASTICO , Alca Metalica, Material Atóxico e Muito Resistente, Cores Diversos, Capacidade Mínima 15Lts	UND	Almoxarifado	20	15	27	15	1	78
16	BALDE PLASTICO , Fechado, Preto, Tipo PEDREIRO, capacidade minima 12 Lts	UND	Almoxarifado	10	27	27	10		74
17	BANDEJA DE PLÁSTICO 40 cm por 25 cm	UND	Almoxarifado	10	15	16	10	5	56
18	BANDEJA EM ALUMÍNIO POLIDO TAMANHO GRANDE	UND	Almoxarifado	10	3	9	10	3	35
19	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 37	PAR	Almoxarifado	10	7	29		1	47
20	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 38	PAR	Almoxarifado	3	6	27			36
21	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 39	PAR	Almoxarifado	3	3	30	2		38
22	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 40	PAR	Almoxarifado	3	3	30			36
23	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 41	PAR	Almoxarifado	3	2	26			31
24	BOTA DE PVC solado anti derrapante branca nº 42	PAR	Almoxarifado	3	44	10			57
25	BRILHA MÓVEIS COM PERFUME 200 ML	UND	Almoxarifado	15	30	60	8	10	123
26	CAÇAROLA reta fundida alça madeira 17,5 litros nº 38	UND	Almoxarifado	5	2	7			14
27	CAÇAROLA reta fundida alça madeira 25 litros nº 45	UND	Almoxarifado	5	2	6			13
28	CAIXA DE ISOPOR 13 LTS	UND	Almoxarifado	5	5	23			33



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

29	CAIXA DE ISOPOR 7 LTS	UND	Almoxarifado	5	3	12			20
30	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, Capacidade de 15 L	UND	Almoxarifado	5	6	25	5		41
31	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, Capacidade de 10 L	UND	Almoxarifado	5	6	60	5		76
32	CAIXA ORGANIZADORA, PLASTICO RESISTENTE, Capacidade de 20 L	UND	Almoxarifado	5	8	30	8	1	52
33	CAIXA TÉRMICA rígida em polietileno com capacidade de mínima de 30 litros	UND	Almoxarifado	5	5	11	3		24
34	CANECA DE VIDRO TEMPERADO LISA TRANSPARENTE 200ML	UND	Almoxarifado	-	100	30	20		150
35	CANECÃO, ALUMÍNIO POLIDO, Capacidade Mínima 2Ltrs,	UND	Almoxarifado	5	8	14	2	2	31
36	CANECÃO, ALUMÍNIO POLIDO, Capacidade Mínima 5 Ltrs, CABO EM MADEIRA	UND	Almoxarifado	5	6	10	2		23
37	CANUDO PLÁSTICO, Refrigerantes, Saco Plástico com 800Unid	PCT	Almoxarifado	-	0	0	5		5
38	CERA LIQUIDA, AMARELA, Frasco 1 Litro, Caixa 12 Unid	CX	Almoxarifado	25	0	0		1	26
39	CERA LIQUIDA, INCOLOR FRASCO 1000ML, CAIXA 12 UNID	CX	Almoxarifado	-	40	10		1	51
40	CERA LIQUIDA, VERMELHA, Frasco 1000ML, Caixa 12 Unid	CX	Almoxarifado	-	0	0			0



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

41	CESTO , Uso Domestico, PLASTICA, TELADO, PARA LIXO, CAPACIDADE 10L	UND	Almoxarifado	30	0	25	6	7	68
42	CESTO , Uso Domestico, PLASTICA, PARA LIXO, Capacidades minima 100Ltrs, COM TAMPA	UND	Almoxarifado	10	22	29	6		67
43	CESTO , Uso Domestico, PLASTICA, PARA LIXO, Capacidade 10 L COM TAMPA	UND	Almoxarifado	20	20	45	10		95
44	CESTO , Uso Domestico, PLASTICA, PARA LIXO, Capacidade 30 L COM TAMPA	UND	Almoxarifado	10	70	47	10	2	139
45	CESTO , Uso Domestico, PLASTICA, PARA LIXO, Capacidades minima 50Ltrs, COM TAMPA	UND	Almoxarifado	10	26	45	10		91
46	CHALEIRA , Alumínio, Polido, nº 22, CAPACIDADE Minima 4 Litros	UND	Almoxarifado	3	0	4	2		9
47	COADOR DE CAFÉ EM PANO FLANELADO	UND	Almoxarifado	10	20	35	10	10	85
48	COLETOR LIXEIRA Dispensador de plástico para copos descartáveis de agua e café	UND	Almoxarifado	10	5	9	3	3	30
49	COLHER DESCARTAVEL , REFEIÇÃO, Cristal, TAMANHO 16 CM, PCT COM 50 UND	PCT	Almoxarifado	10	10	650	15		685
50	COLHER EM AÇO INÓX, Jantar, COM 12 UNID	pct	Almoxarifado	30	30	28	10	2	100
51	COLHER Grande de Alumínio Batido, nº 13	UND	Almoxarifado	3	8	17	3		31
52	COLHER Grande de Alumínio Batido, 35 Cm	UND	Almoxarifado	3	8	17	3	3	34
53	CONCHA DE ALUMÍNIO Batido, 35 Cm	UND	Almoxarifado	5	8	11	3		27
54	CONCHA INOX média profissional 50 cm	UND	Almoxarifado	5	6	13	3		27



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

55	COPO DESCARTÁVEL, ÁGUA, BRANCO, 180 ML, Caixas com 25x100 UND	CX	Almoxarifado	40	80	149	40	30	339
56	COPO DESCARTÁVEL, Café, 50ml, Pct com 100Unid Cada, Caixa com 50Pct	CX	Almoxarifado	30	3	8	2	20	63
57	COPO DESCARTÁVEL, ÁGUA, TRANSPARENTE, 300 ML, CX COM 20X100 PCT	CX	Almoxarifado	15	0	58	2		75
58	COPOS DE VIDRO 300 ml, 12 Unidades	DZ	Almoxarifado	5	2	6	2		15
59	COPOS, Uso geral, Vidro, Capacidade Mínima 200ML	UND	Almoxarifado	20	35	37	20		112
60	DESENTUPIDOR DE VASO altura 46 cm largura 14 cm, PROFUNDIDADE 14 CM	UND	Almoxarifado	10	11	11	6	2	40
61	DESINFETANTE CAIXA DE 6X2 LITROS	CX	Almoxarifado	50	70	275	30	30	455
62	DESODORISADOR de AMBIENTES, Fragancias DIVERSAS, 12 Frasco 400ML	PCT	Almoxarifado	50	20	85	15	20	190
63	DETERGENTE, Liquido, Acao Anti-Bacteriana, Lava Loucas, CX C/ 24x500ML.	CX	Almoxarifado	25	300	141	25	5	496
64	DETERGENTE, Liquido, P/ PISO, EXTRA PESADA, Tipo REMOVEX FRASCO DE 1000ML	UN	Almoxarifado	50	180	2030	20	20	2300
65	ESCOVA, Lavar ROUPA, Com cabo, Plastico, Pigmento e material sinteco	UN	Almoxarifado	10	35	33	2		80
66	ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE CABO COM 30 CM	UN	Almoxarifado	15	25	39	5	2	86
67	Escumadeira, ACO INOX, Grande	UN	Almoxarifado	5	6	14	5		30



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

68	ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA (CAIXA COM 60UND)	CX	Almoxarifado	10	40	20	10	1	81
69	ESPONJA LÃ de ACO c/14 PCT, cada Pct c/ 08 UND, peso 60Gr	FARDO	Almoxarifado	15	15	92	10	1	133
70	FACA, COZINHA, Aco CARBONO, nº. 07	UN	Almoxarifado	5	10	17	6		38
71	FACA, COZINHA, Aco INOX, LÂMINA LARGA	UN	Almoxarifado	5	10	12	6		33
72	FACA de Cozinha 20 cm Nº8 em aço Inox	UND	Almoxarifado	5	8	12	6		31
73	FILTRO PARA CAFÉ 103 CAIXA COM 30 UNIDADE	CX	Almoxarifado	3	0	13	5		21
74	FLANELA DE PANO FINO 28x48 CM	UND	Almoxarifado	50	75	180	30	15	350
75	FLANELA NA COR LARANJA EM TECIDO MEDINDO 28X48CM	UN	Almoxarifado	60	85	260	30	5	440
76	FRIGIDEIRA com cabo nº20	UND	Almoxarifado	-	4	8	4		16
77	FRUTEIRA de mesa vidro grande moderna 3 litros material vidro dimensão 18x30cm	UNID	Almoxarifado	-	3	6	3	4	16
78	FRUTEIRA redonda de mesa dupla com vidro, giratoria cromada. Dimensão 400x320x400 mm (largura altura profundidade)	UNID	Almoxarifado	-	2	5	3		10
79	FUSIL (CHAIRA), Afiador de Facas, Cabo em Plástico, 10 polegadas	UNID	Almoxarifado	3	4	11	2		20
80	GALAO em Polipropileno, Completo, com 20 Ltrs de Agua	UND	Almoxarifado	15	9	100	9		133
81	GARFO DE MESA INOX SIMPLES	UND	Almoxarifado	15	0	120	30	12	177
82	GARFO DESCARTAVEL, REFEIÇÃO, Cristal, TAMANHO 16CM,	PCT	Almoxarifado	80	5	530	20		635



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

83	GARRAFA TÉRMICA , Água, Com Torneira, Com Bocal Removível, Fácil Colocação de gelo e copo, Multiuso, Capacidade Mínima 10 Litros	UNID	Almoxarifado	5	6	12	4	2	29
84	GARRAFA TÉRMICA , Água, Sem Torneira, Com Bocal Removível, Fácil Colocação de gelo e copo, Multiuso, Capacidade Mínima 5 Litros	UNID	Almoxarifado	5	6	5	2		18
85	GARRAFA TÉRMICA , Café, Capacidade mínima 1.8litros	UNID	Almoxarifado	10	6	15	3		34
86	GARRAFA TERMICA , Cafe, Magic Pump, Capacidade 1Litro, Cor Preta, Pressao	UNID	Almoxarifado	5	3	16	5	2	31
87	GUARDANAPO DE PAPEL para Bolo 22x20cm, pacote com 50 Unidades, Fardo com 25 pacotes	FARDO	Almoxarifado	20	35	8	40	2	105
88	Inseticida Aerossol Com Óleo De Eucalipto , PESO 450 GRS, Mata diversos tipos de insetos: mosquitos (inclusive o mosquito da Dengue, Zika Vírus e Chikungunya), pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e puLGAs.	UNID	Almoxarifado	40	58	70	20	10	198
89	ISQUEIRO , Acendedor de GAS, Com Gas, Plastico de Alta Resistencia, 1ª Qualidade, SELO do INMETRO, Acende minimo 3000vezes	UNID	Almoxarifado	12	15	36	8	5	76
90	JARRA DE VIDRO americano cor trasparente material vidro jarra 1,2 litros	UNID	Almoxarifado	5	0	3	4		12
91	JARRA DE VIDRO com capacidade para 1,5 litros	UNID	Almoxarifado	5	7	6	2	4	24
92	JARRA PLÁSTICA DE 1 LITRO	UNID	Almoxarifado	5	0	6	2		13
93	JARRA PLASTICA , capacidade 2 Litros	UNID	Almoxarifado	5	15	11	4	3	38
94	JOGO DE XÍCARA para café, 06 Unidades, (astral 246ml)	UNID	Almoxarifado	5	3	6	3		17



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

95	LENÇOL DE PERCAL LISO 100% ALGODÃO 150 FIOS C/ ELASTICO MEDINDO (188X88X30) CM PERSONALIZADO COM O LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO E O LOGOMARCA DA SEMUSA	UNID	Almoxarifado	-	0	260			260
96	LENÇOL DE PERCAL LISO 100% ALGODÃO 150 FIOS S/ ELASTICO MEDINDO (2,20X2,30) PERSONALIZADO COM O LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO LOGOMARCA DA SEMUSA	UNID	Almoxarifado	-	0	250			250
97	LIMPA VIDROS COM ALCOOL 500 ML	UNID	Almoxarifado	100	140	255	20	20	535
98	LIXEIRA DE PEDAL AUTOMÁTICA DE 20 LITROS	UNID	Almoxarifado	-	80	50	5	20	155
99	LIXEIRA EM AÇO INOX com pedal, 5 litros, Fabricada em aço inox com acabamento cromado: maior resistência e durabilidade. Possui balde interno removível: maior facilidade na limpeza e manutenção do produto. Abertura da tampa por meio de pedal. Capacidade: 10 litros. Medidas: 25 x 25 x 38 cm. Peso: 2,75kg	UND	Almoxarifado	10	55	65	2	2	134
100	LUVA DE BORRACHA TAMANHO PARA LIMPEZA TAMANHO G	PAR	Almoxarifado	30	25	380	5		440
101	LUVA DE BORRACHA TAMANHO PARA LIMPEZA TAMANHO M	PAR	Almoxarifado	30	70	410	5		515
102	LUVA DE LATEX para limpeza amarela P	PAR	Almoxarifado	30	50	370	5	10	465
103	LUVA DESCARTÁVEL para procedimento não cirurgico, látex borracha natural, com pó bioabsorvível, tamanho P	CX	Almoxarifado	-	15	140	5		160
104	LUVA DESCARTÁVEL para procedimento não cirurgico, látex borracha natural, com pó bioabsorvível, tamanho M	CX	Almoxarifado	-	20	150	5		175



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

105	LUVA DESCARTÁVEL para procedimento não cirúrgico, látex borracha natural, com pó bioabsorvível, tamanho G	CX	Almoxarifado	-	15	140	5		160
106	MARMITA DE 1,5 L sem divisória, conserva os alimentos em temperatura ideal para consumo em até 4 horas, presilhas para fechamento, possui alças para transporte, pode ir ao micro-ondas, sem divisão interna, isolamento térmico em eps, eficiência térmica de até 4 horas para líquidos	UND	Almoxarifado	-	0	15			15
107	MULTIINSETICIDA Aerossol, Contra Mosquitos, Baratas e Moscas, Com Óleo de Citronela, de 300ml	UND	Almoxarifado	40	15	75	8	5	143
108	PALITO DENTAL , Rolico, de Madeira, Caixa com 100PalitoS	UND	Almoxarifado	15	0	160	10	1	186
109	PANELA, ALUMÍNIO BATIDO , Com Cabo e Tampas, Capacidade Mínima 05Litros	UND	Almoxarifado	3	7	7	3		20
110	PANELA, ALUMÍNIO BATIDO , Com Cabo e Tampas, Capacidade Mínima 20Litros	UND	Almoxarifado	2	7	6	5		20
111	PANELA DE PRESSÃO , Alumínio, COMPLETA, Capacidade 10 L	UND	Almoxarifado	2	5	3	2		12
112	PANELA DE PRESSÃO , Alumínio, COMPLETA, Capacidade 04 L	UND	Almoxarifado	2	2	7	2		13
113	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% Liga de Alumínio, Tampas Grossas do mesmo material da panelas, Material dos Cabos em Madeira Marfim Envernizados, N° 20, Capacidade de 2,4 litros.	UND	Almoxarifado	3	4	5	3		15



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

114	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% Liga de Alumínio, Tampas Grossas do mesmo material da panelas, Material dos Cabos em Madeira Marfim Envernizados, N° 26, Capacidade de 4 litros.	UND	Almoxarifado	3	5	5			13
115	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% Liga de Alumínio, Tampas Grossas do mesmo material da panelas, Material dos Cabos em Madeira Marfim Envernizados, N° 32, Capacidade de 08 litros.	UND	Almoxarifado	3	5	5	4		17
116	PANELA FUNDIDA GROSSA 98% Liga de Alumínio, Tampas Grossas do mesmo material da panelas, Material dos Cabos em Madeira Marfim Envernizados, N° 34, Capacidade de 10 litros.	UND	Almoxarifado	3	7	5	4		19
117	PANO DE CHÃO EM ALGODÃO 60X90CM	UND	Almoxarifado	100	140	240	50	20	550
118	PANO DE LIMPAR CHÃO TIPO COBERTOR COM 1,10 M X 60	UND	Almoxarifado	50	30	230	10	10	330
119	PANO DE PRATO 48cmx70cm em algodão	UND	Almoxarifado	100	140	270	20	30	560
120	PANO PARA CHÃO 80cmx90cm em algodão	UND	Almoxarifado	50	70	80	10	10	220
121	PANO PARA LIMPEZA DE PIA TIPO FLANELA TAMANHO 39 CM X 59 CM	UND	Almoxarifado	50	60	135	10	20	275
122	PAPEL ALUMÍNIO grande 0,45cm por 7.5 mts caixa com 12 UND	CX	Almoxarifado	5	13	17	5	5	45
123	PAPEL HIGIENICO MACIO FOLHA SIMPLES, FARDO COM 64	FARDO	Almoxarifado	40	120	30	40	30	260



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

124	PAPEL TOALHA , multiuso, branco bobina c/ 75 folhas cada com 14cmx22cm pacote com 2 bobina, FD com 12 Pct	FARDO	Almoxarifado	25	60	505	40	2	632
125	PEDRA SANITARIA REDONDA DE 25 GR , SUPORTE INDIVIDUAL EM PLASTICA CAIXA 48 UNIDADES	CX	Almoxarifado	15	5	44	2	2	68
126	PILHA ALCALINA , Palito, AAA 1,5V, Pct com 4Und	PCT	Almoxarifado	20	20	75	3		118
127	PILHA PEQUENA ALCALINA AA 1,5v pct com 02 unid	PCT	Almoxarifado	10	20	75	2		107
128	Pilha Pequena Alcalina AA 1,5v pct com 02 unid	PCT	Almoxarifado	10	0	65	2		77
129	PILHA PEQUENA COMUM AA 1,5V pct com 04 unid	PCT	Almoxarifado	10	50	65	5		130
130	POTE DE PLÁSTICO , RESISTENTE, P/ armazenar café em pó, com capacidade minima 05 Litros	UND	Almoxarifado	-	8	28	5	2	43
131	POTE DE PLÁSTICO , RESISTENTE, P/ armazenar feijão, com capacidade minima 05 Litros	UND	Almoxarifado	-	8	28	5		41
132	POTE DE PLÁSTICO , RESISTENTE, P/ Condimentos, Açúcar, com capacidade minima 04 Litros	UN	Almoxarifado	-	8	28	5	2	43
133	POTE VASILHAS DE PLÁSTICO , Retangular, com tampa, capacidade mínima de 1 litros	UND	Almoxarifado	-	8	39	5		52
134	POTE VASILHAS DE PLÁSTICO , Retangular, com tampa, capacidade mínima de 3 litros	UND	Almoxarifado	-	8	39	5		52
135	PRATO DESCARTAVEL FUNDO DE 21 CM DE DIAMETRO CX COM 25X10UND	CX	Almoxarifado	40	10	462	20		532



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

136	PRATO DESCARTAVEL , Raso, BRANCO, 21Cm, Pct com 10Und, Caixas com 100Pct	CX	Almoxarifado	40	0	407	20		467
137	PRATO SOPA DE VIDRO TEMPERADO LISO TRANSPARENTE	UND	Almoxarifado	-	300	45	50		395
138	PRATO DE VIDRO , Temperado, FUNDO	DZ	Almoxarifado	-	0	55	5		60
139	PRATO DE VIDRO , Temperado, FUNDO, LISO	DZ	Almoxarifado	-	0	60	5		65
140	RALADOR COM TRES FACES, EM FORMATO TRIANGULAR, LAMINAS EM AÇO INOX, LÂMINAS PARA RALO GROSSO, RALO MÉDIO, RALO FINO, COM DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 20CMX 9CM X 9 CM	UND	Almoxarifado	3	13	6	3		25
141	RASTELO , Plástico, Grande 60 cm	UND	Almoxarifado	10	50	20	5	2	87
142	REGISTRO GÁS Liquefeito de Petroleo(GLP), Regulador, Mangueira Trançada 1,25Mt, Padrao ABNT com braceiras	UND	Almoxarifado	5	13	14	5	2	39
143	RODO , Emborrachado, PLASTICO, GRANDE, 60CM com Cabo de Madeira	UND	Almoxarifado	15	100	60	20		195
144	RODO , Emborrachado, PLASTICO, MEDIO, 40CM com Cabo DE MADEIRA	UND	Almoxarifado	15	10	65	15	3	108
145	RODO , Emborrachado, PLASTICO, PEQUENO, 30CM com Cabo de Madeira	UND	Almoxarifado	15	5	33	10	1	64
146	Sabão, Detergente, em PO , Tecidos e Pisos, C/ Particulas Extra Limpeza, CX 15x1000Gr	CX	Almoxarifado	10	50	205	2	2	269



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

147	SABÃO, BARRAS , CX C/ 10 Pct, PCT C/ 05Unid, Unid de 200Gr	CX	Almoxarifado	10	5	75	2	1	93
148	SABONETE, BARRA , 90Gr, Fragancias Variadas, 12 Unid	DZ	Almoxarifado	5	5	80	2		92
149	SACO PARA LIXO , Reforcado, Capacidade 30Litros, dimensao minima 59x62Cm, Pcto com 10 Unid	PCT	Almoxarifado	300	110	550	20	20	1000
150	SACO EM ALGODAO ALVEJADO P/ USO VARIADO 160G	UND	Almoxarifado	50	15	450			515
151	SACOLA, PLÁSTICA , Branca, Com Alça	KG	Almoxarifado	5	0	100			105
152	SACOLA PLÁSTICA , Transparente, Capacidade Armazenamento 02kg	KG	Almoxarifado	-	3	45	4		52
153	SACOLA PLÁSTICA , Transparente, Capacidade de 05 kg	KG	Almoxarifado	-	3	62	4		69
154	SACO PARA LIXO , Reforcado, Capacidade 50Litros, dimensao minima 63x80Cm, Pcto com 10 Unid	PCT	Almoxarifado	300	120	1350	20		1790
155	SACO PARA LIXO , Reforcado, Capacidade 100Litros, dimensao minima 75x105Cm, Fardo com 25 Pct de 05 Unid	FARDO	Almoxarifado	300	110	115	20	20	565
156	SACO PARA LIXO , Reforcado, Capacidade 15 LITROS, FARDO com 40 Pacotes COM 20 UNIDADES	FARDO	Almoxarifado	80	70	120	10	20	300
157	SACO PARA LIXO , Reforcado, Capacidade 15 LITROS, PACOTE COM 20 UNIDADES	PCT	Almoxarifado	300	0	750	10	10	1070



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

158	SODA CAUSTICA 1ª linha pote com 1kg	KG	Almoxarifado	12	35	40	6	4	97
159	SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL de 180 ml com capacidade de 100 unid. Plástico resistente	UN	Almoxarifado	20	15	15	2	2	54
160	SUQUEIRA dispenser cristal para suco, altura: 48cm, largura: 17cm, comprimento: 17cm material vidro banhado em cristal capacidade 3.0 litros cor transparente	UNID	Almoxarifado	-	6	7	4	2	19
161	TABUA DE CORTAR CARNE , Plastica, Minimo 30x40Cm	UND	Almoxarifado	3	15	8	8		34
162	TAPETE para porta e banheiro emborrachado, jogo de banheiro 3 pçs lavavel,facil de secar, antibacterias, antimofo	jogo	Almoxarifado	10	0	13			23
163	TAPETE tipo capacho p/ porta lavavel-facil de secar-antibacterias-antimofo,1 tapete 60cmx40cm	UNID	Almoxarifado	10	20	25	2	2	59
164	TOALHA DE ROSTO colorida 80x50 cm, tecido Atoalhado: Tecido obtido por fios em forma de laços que emergem da estrutura básica, dando um efeito felpudo em ambas as faces	UND	Almoxarifado	10	10	45	5		70
165	TOALHA EM PLÁSTICO para mesa de cozinha, medindo 1,40 cm de largura por 2,20 cm de altura, com estampa	UND	Almoxarifado	5	5	8	5		23
166	TOALHA PEQUENA TIPO DE ROSTO TAMANHO 42X70CM	UND	Almoxarifado	-	10	15	5		30
167	TOCA para cozinha, Tamanho G, descartável, Caixa com 50 Unid	CX	Almoxarifado	2	45	100	10		157



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

168	VASSOURA DE CIPÓ C/CABO DE BOA QUALIDADE.	UND	Almoxarifado	20	5	60	5		90
169	Vassoura, Plastica, Fios Longos, Deitada, Com Cabo	UND	Almoxarifado	20	15	75	10		120
170	VASSOURA MELGA COM CABO	UND	Almoxarifado	20	110	80	20		230
171	VASSOURA SERDAS DE NYLON C/ CABO DE MADEIRA	UND	Almoxarifado	-	80	43	10	2	135
172	Canecão de 01 litro	UND	Almoxarifado	3	6	10	2		21
173	ESCORREDEIRA DE MACARÃO DE 05 LITROS	UND	Almoxarifado	3	5	5	5		18
174	SUPORTE DE MADEIRA PARA COADOR	UND	Almoxarifado	2	0	4	2		8
175	SUPORTE DE ALUMINIO PARA COADOR	UND	Almoxarifado	2	5	6	2		15
176	SOCADOR DE ALHO PLASTICOS	UND	Almoxarifado	2	7	5	5		19
177	Lixeira hospitalar 50 litros com pedal e adesivo infectante	UNID	Almoxarifado	-	0	33			33
178	Lixeira octo aço inox com balde removível e pedal 15 litros	UNID	Almoxarifado	-	0	65			65
179	Garrafa Térmica Inox, 1.8l Bomba De Pressão	UNID	Almoxarifado	-	6	19			25
180	Garrafa Térmica Inox, 1 L bomba de pressão	UNID	Almoxarifado	-	2	17		2	21
181	Pilha D Grande Lr20 Alcalina Mn1300 Cartela C/2 Un	UNID	Almoxarifado	-	0	126			126
182	Carcaça para filtro 10, rosca 1/2 ou encaixe, altura 10, diâmetro externo 108mm, vazão máxima 1.200L/H	UNID	Almoxarifado	-	28				28
183	REFIL - CARBOM, composto de elemento filtrante com eficiência na remoção de cloro livre.	UNID	Almoxarifado		36				36
184	REFIL - POLIPROPILENO, composto de elemento filtrante com eficiência na remoção de cloro livre.	UNID	Almoxarifado		36				36



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

	✓ Carcaça Filtro purificador de água, ACQUA 200, vazão nominal 90 L/H pressão de operação 19.6 a 392 kPa, temperatura 5 C° a 50C°	UNID	Almoxarifado		15				15
	✓ Refil Filtro purificador de água, ACQUA 200, vazão nominal 90 L/H pressão de operação 19.6 a 392 kPa, temperatura 5 C° a 50C°, vida útil do refil mínimo 4.000 L	UNID	Almoxarifado		15				15
	PANELA DE PRESSÃO 2 LITROS, POLIDA, DE BOA	UNID	Almoxarifado		5	5			10
	SABÃO LÍQUIDO, ANTISSEPTICO PARA LAVAGEM	UNID	Almoxarifado		50	370			420
	Plástico Filme PVC Para Alimentos Rolo 600m	UNID	Almoxarifado		50	52	10		112
	VARAL DE CHÃO, DE ALUMINIO, REFORÇADO,	UNID	Almoxarifado		10	5			15
	CAIXA TÉMICA 45 l, com termômetro acoplado -	UNID	Almoxarifado		5	12			17
	CAIXA TÉMICA 18 l, com termômetro acoplado -	UNID	Almoxarifado		5	10			15
188	SACOLA, PLÁSTICA, Branca, Com Alça com	UNID	Almoxarifado		100	10	3		113
189	Faca Para Pão 32cm, Feita Inteiramente de Aço Inoxidável de, Resistente e Durável.	UNID	Almoxarifado		5	10			15



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1139/2026

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome de Fantasia _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____ ME () OU EPP ()
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____ E _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone: _____ E-MAIL: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal _____
Conta Corrente nº _____ Agência nº _____ Banco _____
Nome completo do responsável legal da empresa: _____

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	Valor unitário	Valor total
1			UN			
Valor total dos itens R\$						

1. Prazo de validade da Proposta: (preencher) não inferior a 60 (sessenta) dias.
2. Prazo de entrega: (preencher)
3. Local de entrega: (preencher)
4. Prazo de garantia: (preencher)

Observação 1: Havendo omissão das informações acima considerar-se-ão os prazos previstos neste edital como aceitos.

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, ... de ... de 2026.

.....
Assinatura do representante legal e carimbo

(Apresentar em papel timbrado da empresa Licitante)



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO III - DECLARAÇÃO ÚNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/ 2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1139/2026

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021.

VII - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

ANEXO VIII- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Referente ao pregão eletrônico Nº 001/2026

Processo Nº: 1139/2025

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede e administração na Av Jacarandá, 100, bairro centro, nesta cidade, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade Castanheiras, Estado de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços em favor da empresa, inscrita no CNPJ sob nº...../.....-....., com sede à, na cidade de, neste ato representada pelo Sr....., atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO UTENSÍLIOS DE USO EM LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS DOMESTICOS E DE COZINHA DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS-RO PARA O EXERCICIO DE 2026 DURANTE A VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS..

1. DO LOCAL DE ENTREGA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

M	SCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDAD	VALOR UNITÁRI	VALOR TOTAL	MARCA/ MODELO
1	-----	-----	----	-----	-----	-----



1.2 A entrega dos itens deverá ser providenciada no prazo de até 15 (QUINZE) dias a partir da emissão da Ordem de Compra, devendo ser entregues, no Almoxarifado Central, Localizado na Av. jacarandá Nº. 100, Centro de Castanheiras – RO - Cep: 76.948-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 7:30 às 13:30h, onde será feita a conferência do produto e documentos fiscais. É de inteira responsabilidade da detentora da Ata o transporte dos produtos para o local solicitado.

1.3 O transporte compreende o procedimento como um todo, ou seja, desde o carregamento do material/produto até a efetiva descarga dos mesmos no endereço constante no Edital e Termo de Referência, sem qualquer tipo de ônus para o município.

1.4 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 6 (SEIS) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades **ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.**

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.4. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.5. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.6. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.7. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.8. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.3 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para ar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de



2021.

5.6. 1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea <d= do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às



ades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a veniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos estados e do distrito federal e Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços as condições nela



estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades previstas no Edital.



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100
CEP: 76948-000
Castanheiras – Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, em ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Representante legal:

Empresas detentoras